

# JORNALISMO NA REDE: ARQUIVO, ACESSO, TEMPO, ESTATÍSTICA E MEMÓRIA

Luís Nogueira\*

## Índice

|  |    |
|--|----|
| Introdução . . . . .                       | 1  |
| 1. O arquivo imediato . . . . .            | 2  |
| 2. Grelha e browsing . . . . .             | 5  |
| 3. O predomínio do teasing . . . . .       | 9  |
| 4. A estatística total . . . . .           | 12 |
| 5. Memória e motores de pesquisa . . . . . | 16 |
| Conclusão . . . . .                        | 19 |

## Introdução

O surgimento da internet (e das tecnologias da informação, de uma forma genérica) é seguramente o factor primordial da reconfiguração (simultaneamente inquietante e fértil) do espaço mediático a que vimos assistindo nos anos mais recentes. Os modos de acesso à informação jornalística, assim como a organização estrutural e formal dessa informação, são inevitavelmente condicionados por esta nova realidade técnica e conceptual. As práticas jornalísticas teriam de, inevitavelmente, sofrer a influência de um suporte que apresenta singularidades e potencialidades suficientes para redesenhar todas as relações que têm lugar no ambiente mediático das sociedades contemporâneas. São vários os

---

\*Universidade da Beira Interior

níveis onde nos podemos aperceber das influências mútuas e coabitações entre os modelos e utensílios tradicionais e as novas condições tecnológicas: do lado de quem produz, do lado de quem consome, na forma de produzir, na forma de consumir, nos canais e nas mensagens.

### **1. O arquivo imediato**

Se aceitarmos como uma evidência que um dos elementos essenciais para a descrição e caracterização da dinâmica social actual é a nossa relação com o tempo (ou melhor, os ritmos próprias de uma organização social que cada vez mais apertadamente mede e calendariza os desempenhos e as consequências), logo se constata que a internet veio não só suprir necessidades e superar estrangimentos na cronologia do processo comunicacional, mas também criar novos desafios. Nunca foi possível comunicar tão rapidamente como agora, mas importa também questionar as implicações dessa aceleração comunicacional.

De certo modo, a lógica do tempo informativo entrou, nas diversas instâncias e para os diversos agentes do espaço público, numa era de quase imediaticidade absoluta. Os utensílios de mediação permitem tempos cada vez mais curtos no cumprimento do ciclo comunicacional. É inquestionável que se verifica uma relação cada vez mais célere entre emissor (pela possibilidade de disponibilização imediata de conteúdos) e receptor (pelo acesso mais rápido a esses conteúdos), que o trabalho de pesquisa envolve cada vez menos esforço, que a disponibilização dos dados por parte das fontes é cada vez mais urgente.

Um outro conceito que está de um modo crescente estreitamente ligado à imediaticidade do acesso à informação através da internet é o de arquivo. A nossa relação com a ideia de arquivo tem vindo a modificar-se de modo geral desde a banalização dessa ferramenta em muitos aspectos inaugural que é a internet. A ideia de guardar informação perde-se no tempo, e o esforço para criar dispositivos de preservação da memória colectiva ou individual (de entre os quais o mais notório talvez seja a biblioteca) assumiu

várias formas ao longo da história. Mas esse esforço de salvaguarda do património tinha um horizonte de utilização incerto ao qual acresce a tradicional dificuldade do acesso. É precisamente neste ponto que a internet oferece a grande novidade: o acesso imediato (e de certo modo mais democrático) ao património informacional.

Se quisermos, podemos dizer que utilizamos a internet enquanto arquivo de uma maneira semelhante à que sempre usámos os arquivos que a precederam: para recolher informação. Se a sua função não mudou, é certo, contudo, que a sua lógica estratégica se metamorfoseou com o surgimento das bases de dados e, sobretudo, com o aperfeiçoamento dos motores de pesquisa. Ou seja, é ao nível do processo de desarquivação que se verifica o que de inédito existe no fenómeno da comunicação em rede. No fundo, é o índice de vida do arquivo que se altera. As ferramentas desenvolvidas pelas tecnologias numéricas permitem encarar o arquivo actualmente segundo uma lógica de pontualidade (aceder a qualquer ponto do arquivo) e instantaneidade (quase anulação do tempo dispendido na consulta) até há poucos anos impensável. O que significa, por outro lado, que a tendência será para a consulta de qualquer documento de uma forma cada vez menos padronizada e mais flexível (como o demonstra o privilégio da lógica on-demand e do download que se parece afigurar incontornavelmente no horizonte).

Se virmos o arquivo numa perspectiva de espaço e de tempo, se o entendermos como um território que percorremos e exploramos, sabemos bem que os custos e os meios necessários para empreender cada tarefa são agora, na nova era das Tecnologias da Informação, bem mais reduzidos. Desde que a informação esteja devidamente indexada e organizada numa base de dados, torna-se virtualmente possível aceder a qualquer ponto do arquivo com celeridade e precisão. Esta questão da indexação e organização da informação implica, por isso, uma nova perspectiva na definição das políticas informativas por parte dos prestadores de serviços informativos. Por um lado, a informação deve ser organizada e

indexada em função de garantias de elevada eficiência de consulta, por outro, toda a informação deve ter um lugar destinado na base de dados. Optimamente acessível, a preservação dessa informação tornou-se uma garantia de perenidade, mas também de uso potencial universal. Se corremos o risco de, ao entrarmos num regime de arquivamento total de todos os enunciados, signos e mensagens, criarmos um corpo imenso de dados - com os consequentes requisitos ao nível do desenvolvimento de mecanismos de pesquisa e acesso - , sabemos também que da parte do consumidor as exigências se dirigem cada vez mais ao detalhe e à precisão, e que quanto mais completo e diversificado o serviço, mais elevado o grau de satisfação. Com a vulgarização do uso das bases de dados a informação parece ter ganho, toda ela, mesmo a aparentemente mais inútil ou dispensável, uma garantia de eternidade e utilidade - para distintos receptores de muitas maneiras diversas.

De certo modo é toda a lógica e esforço de acumulação e de preservação que saem reforçados, uma vez que a combinação dos agentes inteligentes de pesquisa com a arquitectura relacional e categorial das bases de dados assegura que, a priori, hierarquias de importância e relevância na informação guardada são (e devem ser extremamente flexíveis), isto é, é cada cibernauta, no seu processo de consulta, em função dos seus interesses e no decurso da sua busca que dá (ou deve dar) ao alvo da sua pesquisa o grau de relevância ou o estatuto de utilidade mais apropriado.

Se nos meios de informação tradicionais nos habituámos a conviver com a rigidez da programação no tratamento da informação, na sua apresentação, na sua hierarquização, se estávamos sujeitos a uma matriz ou uma grelha que assegurava uma familiaridade, uma estabilidade e uma certeza de rotinas e comportamentos (o que, apesar de tudo, não deixou de se verificar completamente na internet), a lógica da integração das bases de dados com os agentes inteligentes veio assegurar ao aleatório um papel preponderante no modo e momento da pesquisa. De certa forma passámos (ou melhor: acrescentámos um conceito ao outro) da grelha

ao browsing, do sequencial ao incisivo. Não se trata aqui do abandono das figuras, modelos e conceitos que se tornaram as ferramentas de aprendizagem e manuseamento dos meios de comunicação tradicionais, aqueles com que nos habituámos a ser conduzidos na torrente informativa dos diversos media, com as suas linguagens específicas. Trata-se, isso sim, de constatar o surgimento de novos e aperfeiçoados dispositivos de consulta, leitura e interpretação aptos a responder às novas faculdades e exigências do vasto universo informacional.

## **2. Grelha e browsing**

Sendo nítido este incremento de flexibilidade na relação emissor/receptor (e podemos mesmo dizer que assistimos a uma convivência entre dois modelos de apresentação da informação, a lógica expositiva da grelha - mais familiar- e a lógica selectiva dos motores de pesquisa - mais recente), ele não deixa de acarretar, simultaneamente, transformações no campo das lógicas narrativas que estruturam a circulação e o consumo de informação.

Se há um conceito que pode descrever o fenómeno global do hipertexto e os procedimentos de navegação em rede ele é o de escolha. De certo modo, a internet implica que um procedimento binário se tenha tornado a estratégia comum de consulta da informação: a diversificação de percursos possíveis implica que se proceda sempre segundo padrões de privilégio e abandono. E sabemos bem que se a escolha significa a possibilidade de opção (ou seja, representa um incremento das liberdades), é verdade, por outro lado, que, colocados perante os múltiplos caminhos possíveis, perante as diversas decisões que podem ser tomadas, aumenta também a probabilidade da incerteza e mesmo da deambulação infundável. A qualquer momento o percurso inicialmente previsto pode ser alterado - e essa deriva pode culminar numa meta surpreendente e reconfortante ou num ponto de desilusão e erro. Daí a necessidade dos motores de pesquisa, dos aggregators e dos portais, daqueles dispositivos cuja função é precisamente fornecer informação sobre a organização da informação. Daí que

ao lado da pesquisa autónoma do cibernauta que por sua conta e risco se aventura no cosmos informativo apareça como cada vez mais pertinente uma lógica da pesquisa orientada, com os seus guias, roteiros, estações, triagens, sugestões - tudo no sentido de facilitar o acesso à informação pertinente de forma precisa: ou seja, fornecer informação sobre a existência, localização e pertinência da informação pretendida.

Se virmos a rede ou o hipertexto como um universo potencialmente global e infinito, com os seus desertos decepcionantes, os seus espaços férteis, as suas armadilhas e tesouros, as suas seduções e decepções, um outro desafio se nos coloca: como operar o fechamento das narrativas, a aquisição do sentido, a contextualização dos dados, fixar os alvos de chegada quando um abismo de eventualidades se oferece e que pode levar os menos avisados ou a uma frenética info-filia ou a uma avassaladora info-fobia? A lógica do on-line, como sempre acontece com os novos territórios, é uma lógica nómada. Estamos ainda em busca das melhores formalizações, num regime de experimentação não só ao nível das linguagens, das concepções e dos objectivos mas também dos desenvolvimentos tecnológicos que ininterruptamente se processam. Por isso, precisamos naturalmente de sinais a partir dos quais nos possamos orientar, de pontos cardeais e referências que nos instruem no trajecto e nos guiem ao objectivo que se pretende atingir. No fundo, pretendemos conjugar o encanto libertador do nomadismo com a certeza securitária do lar. A lógica dos portais, dos motores de busca ou dos bookmarks é precisamente essa - garantir a segurança e a orientação no ciberespaço - e tão mais importantes estes dispositivos se tornam quanto, no hipertexto, todo o local pode ser um ponto de partida e qualquer lugar pode ser o ponto de chegada. Para que nesse intervalo, entre a partida e a chegada, possa surgir algo como uma história ou uma estória, uma narrativa, uma leitura estabilizada nos seus contornos e apropriada nas suas consequências precisamos da aprendizagem de novos procedimentos hermenêuticos para operarmos um mais correcto e adequado uso das ferramentas antes referidas.

De certa forma, estes utensílios (motores de pesquisa, bookmarks, portais, agreggators) são um complemento ou uma extensão daqueles que nos órgãos de informação tradicionais eram já os nossos pontos de referência, abertura, encadeamento ou fecho: sumários, destaques, títulos, leads, pirâmide invertida, rubricas, secções, génericos, separadores, mecanismos desenvolvidos para mais facilmente conduzir o receptor à informação do seu interesse e para o familiarizar com a retórica do media utilizado. Trata-se de uma extensão porque revelam novas capacidades e aumentam a eficiência performativa na consulta, mas são também um complemento já que o novo interface não obedeceu a qualquer concepção original, mas antes herdou dos canais que o precederam (a televisão, a rádio, a imprensa) fórmulas e modelos agora redesenhados e re-combinados.

Toda a internet se passa num ecrã. É pois aconselhável percebermos o que se passa nesse ecrã, um formato de apresentação de informação que nos acompanha desde pelo menos, de uma forma tácita ou explícita e nas suas diversas modalidades, a invenção da perspectiva linear no renascimento. Não é possível, pelo menos neste momento, pensar a internet senão neste formato. É esse o interface que neste momento utilizamos e, a menos que as perspectivas mais optimistas acerca dos dispositivos de realidade virtual se cumpram, será nele que continuaremos a operar - seja no desktop, na televisão digital ou no telemóvel.

Em primeiro lugar, é importante notar nele a coexistência de diversos elementos: imagens fixas, texto, manchas gráficas, logotipos, ícones, imagens animadas, etc. Facilmente percebemos então que a lógica de apresentação da informação na internet deve mais ao design gráfico e à tipografia (pois o texto tem um papel predominante) do que à lógica do monitor televisivo, aquele que antes da invenção do ecrã de computador era o nosso formato no-bre incontestado.

Mas a grande diferença entre o ecrã televisivo (tal como o conhecemos) e o ecrã de computador é a relação dinâmica que estabelecemos com ele, a possibilidade da acção e da viagem, as quais

nos são facultadas pelo hipertexto, pela lógica das hiperligações e pela lógica da conectividade herdada do telefone. A sensação que temos quando exploramos a internet é que nos movemos, e que esse movimento tem possibilidades múltiplas, abre diversas possibilidades de escolha de percursos, há roteiros inúmeros que podem ser percorridos e a eventualidade da deriva e da deambulação é bem notória. Se é virtualmente possível fazer uma exploração infinita e eterna na rede, conhecemos também a inutilidade de que se reveste tamanha aventura. E reconhecemos essa inutilidade porque a lógica do conhecimento e da acção humanas é uma lógica narrativa.

Sabemos que a forma de dar sentido ao mundo é a imposição de constrangimentos temporais e espaciais, o estabelecimento de contornos formais ou psicológicos para os factos, a composição e disposição de referências e de agentes num esquema retórico que torna as descrições, os testemunhos e as representações dos acontecimentos familiares e claras. Sem a articulação desses diversos elementos em unidades reconhecíveis não advém sentido ou contexto que demarque um espaço de identidade, de conhecimento articulado e de adequação intelectual.

Por isso, precisamos de ver a internet como um território, algo que pode não só ser transitado mas também apropriado, descrito, familiarizado. Ou seja, um espaço onde podemos fazer coisas - para o que aqui nos interessa, onde podemos recolher informação. A internet veio de certa forma desconstruir as lógicas de sequencialidade e completude prevalecentes desde há muito nos usos dos instrumentos informativos de mediação: os limites do quadro, da fotografia, do filme, do livro, da emissão televisiva, da notícia, da reportagem. Era relativamente simples envolver num único olhar abrangente o início e o fim daquilo que nos era apresentado. E se um meio remetia para outro, as instâncias e modalidades de articulação eram facilmente distinguíveis. Agora vivemos numa espécie de cosmos informativo imenso, infindável, ininterrupto, conectado, uma espécie de sistema informativo que a cada momento descobre novas ligações combinatórias. Ao nível

dos serviços informativos é também neste ponto, no cruzamento dos diversos suportes, canais e linguagens, que se decidirá não só o futuro de uns e outros (a tão falada questão do fim do papel, da integração da televisão com o computador, da nova geração de telemóveis), mas também as implicações que estas novas lógicas de coexistência não deixarão de trazer para os estilos, géneros e modelos que identificam as várias linguagens jornalísticas. Podemos bem perguntar o que será da notícia, da reportagem, da entrevista, da breve no futuro do jornalismo, que géneros serão privilegiados, que metamorfoses podem ocorrer, que dispositivos podem separar opinião e facto, que lugar se reserva à objectividade.

### **3. O predomínio do teasing**

À forma como a informação nos era antes apresentada na televisão, na rádio e na imprensa poderemos chamar algo como a sua retórica, ou seja, a forma como os seus discursos e os seus enunciados são esquematicamente propostos e organizados. Quando observamos a migração dos órgãos de informação tradicionais para a internet percebemos que uma nova retórica se nos apresenta, com os seus novos lugares comuns em fase de solidificação, com as suas novas instâncias rítmicas, os seus novos sinais de abertura, continuidade e fecho. Quando tudo está ligado até ao infinito (ou antes, no infinito) é necessário desenvolver estratégias de modelação que assegurem o sentido (a organização temática em dossiers ou categorias é uma delas).

Podemos dizer que se há uma nova regra retórica imposta pela estrutura do hipertexto - a qual essencialmente define o regime estrutural da internet - é a do teasing. Em primeiro lugar, tal verifica-se ao nível da esquematização temática dos diversos assuntos e secções, ou seja, numa janela que é o ecrã de computador encontramos a possibilidade de penetrar em espaços autónomos de informação. Mas, talvez mais importante, apercebemo-nos que a lógica do teasing se verifica sobretudo por uma questão de economia da atenção e de arranjo da curiosidade: a informação é objecto de um tratamento de depuração que visa não só a síntese,

mas também o impressionismo - aliás, cada vez mais o dito popular “a primeira impressão é sempre a mais importante” parece ter-se tornado a regra de ouro de todo o processo informativo contemporâneo, numa altura em que os desejos, as vontades e os afectos em geral são alvo de um processo de mapeamento e rastreio detalhado como nunca. Cativar ao máximo com o mínimo de informação parece o mandamento comum. É em função deste regime de rendibilização da atenção, da disponibilidade e, talvez mesmo, da fé do consumidor que se devem pensar a mutação das linguagens, das formas discursivas e das modelações retóricas em andamento. E é neste aspecto que a atenção crítica não pode ser descurada, pois se há categoria psicológica que se arrisca a ser determinante no futuro de informação (com implicações ao nível da objectividade e uso desta) é precisamente a fé do receptor e os usos que dela se podem fazer.

Ver televisão, ouvir rádio ou ler jornais eram actividades com as suas características distintas, os seus requisitos específicos, as suas formas de atenção e fruição próprias. Ora, aquilo que neste momento parece ser significativo no fenómeno de migração dos meios tradicionais para o on-line é, em grande medida, a perda dessas peculiaridades identificativas e, de algum modo, uma certa homogeneização das fórmulas, das estruturas e das gramáticas utilizadas para apresentar a informação. Independentemente do tipo de serviço de informação originalmente prestado (jornalismo televisivo, radifónico ou escrito) apercebemo-nos que (pelo menos até ao momento, pois não sabemos o que nos reservam os futuros dispositivos técnicos como a televisão digital ou as novas gerações de telemóveis) os constrangimentos e especificidades do novo interface (o ecrã de computador) deixam muito pouco espaço para a manutenção dos elementos que antes diferenciavam os suportes tradicionais, assistindo-se pelo contrário à integração crescente de elementos vários (texto, imagem fixa e animada, som, ícones, etc.) em estruturas formais relativamente coincidentes. A retórica (ou seja, a organização formal e esquemática dos discursos) na internet não diverge em muito quer se trate

de um jornal, de uma rádio ou de uma televisão - aliás, pode acrescentar-se que aquilo que antes os distinguia (o som ou a imagem, por exemplo) é, neste momento, uma marca distintiva residual (o som para as rádios ou a imagem para as estações televisivas).

Perante este estado dos factos, uma questão nos surge então e que tem a ver com o futuro dos serviços de informação on-line: podemos supor que a tendência será para, no futuro, a integração do som, da imagem e da escrita ser a regra geral e as exceções serem os serviços diferenciados? Ou será esta coincidência de formatos fruto de uma contingência técnica, quer dizer, de um factor extrínseco que condiciona as modalidades formais e a tipologia dos conteúdos? Se aceitarmos que esta coincidência de formatos e de estruturas entre meios que tradicionalmente eram claramente diferenciados se deverá sempre às características e constrangimentos técnicos impostos pelo suporte, podemos supor que o fim das rádios, televisões ou jornais como os conhecíamos está aí à porta e que os novos serviços de informação aliarão inevitavelmente texto, imagem e som. Ou será que, inversamente, cada um destes elementos reivindicará sempre linguagens próprias e diferenciadas, respondendo com performances insubstituíveis a necessidades particulares?

Ora, se a nova lógica temporal, a nova lógica narrativa e a lógica discursiva são determinantes para se entender a transmutação dos órgãos de informação dos seus suportes tradicionais para o meio digital on-line, talvez o factor decisivo seja precisamente a novidade técnica que a internet representa (e a influência que de certo não deixará de ter nos meios que aí vêm). Se antes tínhamos suportes distintos (rádio, televisão, escrita) para responder a necessidades, comportamentos e psicologias distintas da parte dos utilizadores, a lógica da digitalização universal de conteúdos não só favoreceu como, de certo modo, impôs a integração dos conteúdos diversos num só canal. Por quanto tempo este estado de coisas permanecerá vai depender, com certeza, dos desenvolvimentos tecnológicos que se aguardam.

Se tudo é neste momento passível de ser digitalizado, tal significa não só que aquilo que estrutural e contextualmente antes separava cada um dos canais (e podia ser notado como sinal de diferença e identidade entre os diversos meios) terá agora tendência a conviver. Importa, por isso, neste ponto, interrogar se esta nova realidade técnica, com os constrangimentos que lhe são inerentes, não implica também um amalgamento das distinções estilísticas, retóricas, estéticas e formais que antes prevaleciam. Quer isto dizer: por quanto tempo mais perdurarão as diferenças herdadas entre os diversos suportes e linguagens? E, por outro lado, serão elas necessárias? E se forem necessárias, se tiverem um enraizamento na psicologia ou mesmo na fisiologia humanas, que estratégias poderão ser inventadas para as reavivar e lhes garantir a sua continuidade? Parece-me que a maior dificuldade com que nos enfrentamos na procura de uma resposta a estas diversas questões tem sobretudo a ver com a natureza de work-in-progress da internet tal como até ao momento a conhecemos. Se pensarmos que a internet era no início só dados sem elementos gráficos e que progressivamente veio a incorporar imagens fixas, sons e imagens em movimento, facilmente percebemos que se há algo que ela nunca irá perder é certamente o seu carácter de conectividade universal, mas pouco seguros podemos estar das características formais dos conteúdos que irá veicular. Ou seja, se o futuro será de qualquer forma em rede, os instrumentos e modalidades de exploração são ainda uma incógnita.

#### **4. A estatística total**

Um dos aspectos mais importantes e mais determinantes do mundo on-line para compreendermos as lógicas de circulação da informação que se verificam e as que se adivinham parece ser a pan-estatística que o caracteriza. Com isto queremos dizer que na internet, pela sua natureza cibernética, tudo pode ser medido, registado, quantificado. E isto levanta importantes e pertinentes questões de ordem política e ética. Tão importante como a análise da formação nas suas instâncias formais, estruturais, linguísticas e

semióticas, será com certeza o estudo do regime de circulação inaugurado pela sua existência digital, ou seja as novas condições de exercício do gate-keeping. Isto porque, contiguamente à informação noticiosa que pretende relatar os factos, acontecimentos e estados do mundo e que constitui o objecto da consulta pelo utilizador, se vai criando, acumulando e tratando uma outra informação que não tem já a ver com a significação intrínseca dos conteúdos difundidos, com a sua organização interna, com a sua arquitectura formal, com o seu valor estético, com a sua tipologia moral (ou seja, com as suas modalidades e estruturas endógenas), mas que é, antes de mais, um dispositivo de controlo da sua circulação, uma ferramenta de poder e uma forma de medir e controlar as suas consequências económicas e as suas implicações sociais que pode ser determinante no cálculo do seu valor de verdade, no arranjo dos seus critérios de noticiabilidade e exposição e na estipulação das suas virtualidades políticas. Ou seja, na construção do espaço público - para o que a atenção crítica deve estar de aviso.

Neste fenómeno não há nada de verdadeiramente original. Ele vem apenas no seguimento dos dispositivos desenvolvidos para medir audiências, tiragens, shares e todos os instrumentos que ao longo do tempo se foram depurando no sentido de com mais precisão caracterizar a relação entre emissores e receptores de mensagens, de modo a fazer corresponder com mais adequação e ganho o tipo de produto oferecido ao tipo de expectativas enunciado. É apenas no sentido em que as tecnologias numéricas permitem levar essa tarefa a graus de precisão antes inalcançáveis - que os estudos estatísticos de audiências não eram capazes de facultar porque funcionavam através de amostras dentro de um universo - que é necessário inquirir as repercussões que a utilização dessa informação no controlo da circulação da informação (que conteúdos, com que objectivos, com que alvos?) pode ter na configuração do espaço público.

O digital permite classificar e descrever, com uma precisão considerável, o universo dos consumidores de informação: quem lê,

quando lê, quantos lêem, quem comenta, o que lê. Não se chegará com certeza ao ponto de considerar que existe aqui objectivamente alguma violação de privacidade, mas o que importa relembrar é a possibilidade real de a maior parte dos utilizadores de serviços informativos desconhecer que essa informação pode estar a ser guardada e manuseada sem o seu consentimento e, mais grave, sem o seu conhecimento. Não é de todo gratuito ler este fenómeno à luz da salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias no quadro político dos regimes democráticos ocidentais. Não se trata de uma questão simples. Bem pelo contrário, e uma vez que remete para questões de ordem ética, política e moral, é de todo pertinente que qualquer leitura crítica ou esforço analítico não descure a contextualização complexa das interrogações que suscita. Elaborar o perfil de cada cibernauta individualmente ou caracterizar tipológica e estratificadamente uma comunidade de cibernautas passou a ser mais facilmente possível e com elevados níveis de precisão. Obviamente que um dispositivo de tão vastos poderes levanta questões éticas e contém implicações políticas. Para o bem ou para o mal, poderíamos dizer, se quisermos expor de forma bastante esquemática as possíveis consequências da utilização dessa informação pelos prestadores de serviços informativos. Para o bem porque significa que quem produz informação pode mais facilmente adequar os conteúdos às necessidades e desejos daqueles que a procuram e desse modo ir de encontro às exigências daqueles que solicitam essa informação e que reivindicam necessariamente um serviço que lhes garanta o máximo de satisfação. Para o mal, se este dispositivo for utilizado para reduzir a vivência humana à lógica redutora do número e da quantidade, dos padrões, das médias e das maiorias. Neste caso servirá bem melhor aqueles que entendem que o mercado tem sempre razão e é de acreditar que a lógica de funcionamento da internet, para estes, não se distinguirá em muito dos meios de comunicação de massas tradicionais, em particular das televisões generalistas e da indústria cinematográfica americana. No caso anterior, servirá melhor aqueles que valorizam a diversidade da

procura e da oferta, as especificidades de um público heterogêneo e uma lógica de preservação e estímulo de espaços críticos talvez minoritários, mas nunca desprezíveis. Certamente a coexistência destas perspectivas é não só desejável como possível. E se há canal, território e imaginário que reúne condições para responder a estas diversas reivindicações de pluralismo ele é a internet, como melhor ou pior se tem comprovado.

Do levantamento de questões desta índole depende em muito a esperança de vida da ideia romântica da internet como espaço plural. Se é certo que esta crença de algum modo ingênua se tem vindo a esmorecer à medida que os grandes conglomerados económicos se vêem apropriando de espaços de visibilidade cada vez mais vastos, fazendo valer o seu poder financeiro, é de todo o interesse incluir no debate público, académico e político a discussão desse fenómeno como método reflexivo e crítico, antes que o ciberespaço se veja enredado em vícios e preocupações de que enfermava o espaço mediático tradicional. Ainda que a internet seja um espaço demasiado amplo e múltiplo e em muitos aspectos desconhecido para que sobre ele se possam enunciar perspectivas ou decisões definitivas, será de alguma forma pertinente começar a inquirir que configuração lhe prospectivamos do ponto de vista das suas consequências sociais e políticas.

Se é verdade que cada vez mais ela reproduz a estrutura económica, social e política do mundo que a antecedeu, com todas as vicissitudes e virtudes que o caracterizam, são-lhe, por outro lado, próprios e inalienáveis um conjunto de dispositivos e procedimentos que a distinguem e nos garantem que nada voltará a ser como dantes. Em primeiro lugar porque inaugurou uma lógica de mediação que os serviços e meios tradicionais estavam longe de cumprir: a interactividade. Há de certo na raiz da internet uma lógica de ágora, de espaço cívico que abre ao cibernauta possibilidades de agir que antes lhe estavam vedadas. Virtualmente cada cibernauta pode implementar quantos espaços de discussão de-sejar. De certa forma, é uma espécie de apogeu da lógica do do it yourself. Não parece que haja outra forma de a definir senão

como um espaço liberal. Liberal até no sentido em que permite, por exemplo, construir novas formas de identidade, como é o caso do anonimato. Mas liberal também ao nível do comprometimento crítico em fóruns e espaços de discussão de um modo apenas possível por causa da internet.

De certa forma são as condições de cidadania e subjectividade que se estão a modificar. Mas aquilo que é apenas aparente não se deve dar por garantido. A existência de ferramentas favoráveis à participação não garante a adesão dos actores sociais a esse papel, como bem o sabemos. E teremos de saber lidar conjuntamente com o poder e o território senhoreado pelos grandes grupos mediáticos lado a lado com as vantagens activistas do self-publishing, ou seja, da entrada de um certo poder quase doméstico e comunitário no espaço mediático global. As implicações ao nível das categorias da objectividade e da opinião trarão certamente novas questões, sobretudo por um motivo: estes dois modelos informativos (de um lado o p2p, os weblogs e os fóruns, do outro aquilo que se poderiam denominar os órgãos de informação mainstream) parecem corresponder a dois modelos de cidadania, e as novas formas de jornalismo parecem ter como pretensão suprir um défice de participação existente na arquitectura mediática tradicional. Toda a questão da objectividade talvez tenha que ser revista à luz dos conceitos e objectivos de cada um dos modelos em convivência.

## **5. Memória e motores de pesquisa**

Vivemos no cosmos informacional com duas características que parecem fundamentais: uma isotopia e uma isocronia. O que se pretende dizer com isto? Que, teoricamente, todos os espaços e todos os tempos se equivalem, ou seja, a qualquer momento é possível chegar a qualquer lugar no mar de informação e de qualquer lugar é possível aceder a informação de qualquer tempo. Significa isto que procedemos cada vez mais não só em função da lógica do tempo real e da imediatez, mas, também que a ideia de arquivo foi revivificada. A lógica do acesso imediato significa si-

multaneamente que a informação entrou também num regime de proximidade total. Se toda a informação pode ser acedida, tal significa que toda a informação deve ser preservada.

Parece cada vez mais que o mundo da informação duplica o mundo da vida - umas vezes que eles coincidem outras que se substituem e que os trânsitos entre um e outro que nos acontecem são cada vez menos conscientes. E então importa perguntar: se a informação, e o jornalismo sobretudo, pela sua vontade de evidência e testemunho, tudo pode descrever e se o cosmos parece passível de ser descrito como informação, será que usamos a informação para fazer mundos, para organizar e interpretar dados e factos, para construir narrativas, ilustrações e contextos de familiarização e aprendizagem, ou, de outra maneira, o mundo é feito de informação e a lógica da total digitalização de todas as informações e dados indicia que aquilo que a humanidade tem procurado com os seus diversos instrumentos de mediação ao longo da história desde as pinturas rupestres, da invenção da escrita, das lendas e mitos orais, da fotografia, da televisão ou do cinema é aperfeiçoar modos de apresentar e guardar informação para construir a grande narrativa da vida de modo a que a qualquer momento se possa aceder ao passado e determinar o futuro num presente contínuo que não obedece já à lógica da flecha temporal que se dirige do passado para o futuro, de trás para a frente, e assim garantir a possibilidade dessa isotopia e dessa isocronia onde o devir do mundo seria apercebida nessa lógica de tempo real sem memória, condensado, apenas com acesso? E quase provocatoriamente poderíamos perguntar se a internet não poderá ser essa antecâmara do hiperespaço virtual tão caro à ficção científica. Será que é da natureza da informação, nesta era digital, toda ela se encaminhar para uma enorme base de dados onde toda a mecânica do mundo e todos os actores dessa mecânica estejam contidos?

A ser assim devemos colocar aqui duas questões: qual o papel da memória nesta nova realidade e quais as modalidades em que se processa (e processará) a sua relação com os motores de pesquisa? Não havendo descrição técnica ou científica do funcionamento da

memória, dos diversos tipos de memória, podemos contudo assumir que a memória é um procedimento que nos permite localizarmos no universo de informação que constitui o espaço da vida onde nos movemos e agimos. É uma forma de aceder aos dados que compõem a nossa narrativa pessoal e colectiva, em função dos quais tomamos as nossas decisões e manifestamos os nossos afectos. Possui certamente vários níveis de organização e é manifestamente pluri-funcional. Não conhecemos bem as suas regras mas habituámo-nos, em tempos recentes, a vê-la como uma espécie de veículo, mais do que um armazém. Sabemos também que está intimamente ligada à linguagem, à natureza de nomeação, predicação e indexação desta. A linguagem não possui apenas uma função referencial mas também uma função pragmática, serve para contextualizar os factos e os agentes, as suas modalidades e propriedades - e também para os categorizar e classificar, ou seja, de certo modo, para descrever e manifestar a estrutura dos acontecimentos do mundo, as suas hierarquias e valores.

Ora, o que acontece nos sites da internet é que, de certo modo, a sua retórica está muito próxima da forma de organização da informação próprios da imprensa: destaques, secções, rubricas, categorias. E essa forma de organização da informação é já bem nossa conhecida. De certo modo, corresponde à informação redundante, e essa não traz nada de novo, de certo modo é uma meta-informação, uma informação sobre a organização da informação. Aquilo que é propriamente novo no funcionamento da internet são os motores de pesquisa. E aquilo que estes fazem é limitar a redundância da informação ao estritamente necessário no processo de consulta. Por isso, podemos avançar com a hipótese de que eles emulam, de alguma maneira, uma das características não só daquilo que entendemos como a memória humana, mas também aquilo que consideramos a inteligência ou o raciocínio. São com certeza uma concretização parcial daquilo que designamos como inteligência artificial. Esses motores de pesquisa duplicam de algum modo uma das funções da nossa memória: aceder ao banco de dados de forma imediata, através de um pro-

cedimento feito de abreviações e inferências em que a redundância é diminuída para nos levar ao lugar exacto, preciso, onde se encontra a informação pretendida. Se podemos partir daqui para algo como uma teoria cibernética da mente humana é algo ariscado, mas também aliciante.

O que nos leva a perguntar: será na lógica numérica dos instrumentos de mediação digital, na lógica universal da linguagem numérica que poderemos encontrar os utensílios e os materiais para uma nova descrição da psicologia humana? E de que forma podemos já vislumbrar tal facto no campo jornalístico? Em relação aos media tradicionais, em que o arquivo não estava disponível em tempo real, a grande vantagem da internet é que a capacidade de indexação, aliada ao poder de computação e de armazenamento da informação, torna toda a informação virtualmente imediata. Ou seja, se antes o destino do trabalho jornalístico se jogava ao nível do efémero (o curto prazo de validade do conteúdo do jornal, a irreversibilidade do noticiário televisivo ou radiofónico), agora a informação entrou no regime do presente contínuo potencial. Se pensarmos nas ideias de Platão sobre as consequências da invenção da escrita nas formas mnemónicas características das sociedades antigas, podemos supor que aquilo que a internet veio operar é uma ruptura do mesmo alcance com os hábitos e procedimentos intelectuais que até agora vigoraram. E que o papel da memória está em vias de mudar à medida que se altera também a nossa relação com os instrumentos de mediação e as retóricas informativas até aqui vigentes.

### **Conclusão**

Pelo que ficou dito se percebe que a transmutação dos media tradicionais para a internet levanta algumas questões ao nível dos procedimentos intelectuais e das estruturas formais e retóricas da prática jornalística que apenas o progressivo desenvolvimento das tecnologias pode responder. Podemos por isso verificar que se um momento de crise (de rupturas e decisões) vivemos ele tem a sua motivação mais profunda nas constantes e céleres modificações

do ambiente tecnológico contemporâneo.

Um dos pontos que se parece afigurar de maior importância é a convivência dos motores de pesquisa lado a lado com o design em forma de mosaico que tradicionalmente reconhecemos dos media convencionais. Tal significa que os procedimentos do receptor, daquele que recebe a informação, deve agora ser encarado sob uma perspectiva diferente: que ambos os utensílios disponibilizados correspondam a um mesmo intuito parece claro; que um (o motor de pesquisa) seja uma depuração do modelo da grelha e substitua o trabalho do receptor no momento da pesquisa, potencialidade permitida pelos avanços notáveis ao nível da computação parece também incontestável; o que deve pois ser salientado é que o funcionamento de um e outro implicam vantagens e requisitos distintos ao nível das formas de atenção e consulta, com importantes consequências na psicologia do receptor, mas também que da parte do emissor a abordagem do valor da informação no espaço e no tempo devem ser objecto de requalificação e reorganização como se verá no futuro.

Por outro lado, e porque se impôs a lógica do tempo real na esfera das decisões, aquilo que podemos perceber é, tal como dissemos antes, que a informação vive hoje em dia no regime do teasing e da concisão. A informação funciona cada vez mais por inferência, abreviação, reduzindo ao máximo a redundância - processo do qual a manifestação plena é precisamente o design do motor de pesquisa. A comunicação entrou num novo paradigma, com consequências ainda longe de poderem ser averiguadas ao nível do seu valor hermenêutico, das suas modalidades simbólicas, das suas performances políticas e sociais.

Perceber os condicionamentos técnicos nesta viragem é fundamental. O tipo de interfaces que se venham a desenvolver e o crescimento das capacidades de computação das ferramentas numéricas que nos aguarda serão factores determinantes na remodelação de hábitos, com implicações não só ao nível das subjectividades, mas ao nível da formação e da aprendizagem, uma vez que as formas de atenção, de concentração e de raciocínio (que não deixam

de envolver custos e ganhos, fracassos sucessos) são sempre condicionados pelo funcionamento dos dispositivos de mediação e do ambiente que compõem. Importa então começar a questionar as consequências desta nova forma de agir intelectual, com os seus riscos e oportunidades, por exemplo no capítulo da literacia (e das formas de literacia que podem surgir), da diversidade estilística e da mutação das linguagens com as sequentes implicações no design da informação, ou seja, na forma e função desta. Numa época de privilégio da síntese e da concisão ao nível da duração, onde poderemos encontrar as unidades mínimas de informação para onde a depuração constante das técnicas de redacção jornalística nos têm encaminhado? Estaremos nós a caminho de uma época em que assistiremos ao luto da longa duração, agora que ela nos parece já moribunda? Privilegiaremos a acrobacia sobre a endurance? A brevidade sobre a extensão? O impressionismo sobre a dissecação?

Que papel está agora guardado para a imagem, o som e o texto na nova realidade da internet? Que hierarquias se estão a estabelecer agora entre esses diversos elementos? Aquilo que antes distinguia cada um dos media e era predominante nas suas formas próprias de organização da informação estará em vias de mudar? Terá a escrita na internet o privilégio que lhe é naturalmente outorgado pelo facto de ser o meio mais próprio para apresentar os enunciados da linguagem natural e estará por isso a imagem e o som destinados a serem complementos dessa forma privilegiada de expressão? Ou será esta subalternização do som e da imagem ao texto devida a contingências técnicas e estarão eles destinados a recuperar a sua especificidade logo que essas carências técnicas sejam ultrapassadas (principalmente a largura de banda)? E se, por exemplo, com a televisão digital a imagem voltar a assumir o seu protagonismo actual, ainda assim não obrigará ela a que cada sujeito desenvolva novos procedimentos de utilização da televisão (ou daquilo que ainda reste dela)? Sentiremos nós um dia nostalgia da televisão e da rádio como os conhecemos?

Será que a lógica de actualização noticiosa permanente ditará uma

nova calendarização dos ritmos e hábitos de leitura? Que lugar para o semanário e o diário? Desaparecerão eles e ficará a amplitude cronológica restringida ao arco que vai do imediato ao intemporal, mediada esta amplitude pela lógica do arquivo?